

# POLÍTICAS DOCENTES NA ATUALIDADE

Marta Nörnberg<sup>1</sup>

Júlio Emílio Diniz-Pereira<sup>2</sup>

O dossiê **Políticas docentes na atualidade** discute um conjunto de temáticas relacionadas ao atual cenário político e educacional brasileiro, em que se observa um conjunto de orientações que alteram a concepção de formação de professores e, conseqüentemente, imputa, à educação, uma abordagem pragmática e utilitarista vinculada aos interesses do capital privado. Entre os principais aspectos, destacam-se o alinhamento e a padronização curricular dos cursos de licenciatura às políticas de avaliação de larga escala, orientação posta pelas resoluções do CNE/CP n. 2/2017, n. 2/2019 e n. 1/2020, respectivamente, a BNCC, a BNC-formação inicial e a BNC-formação continuada. Nesse contexto, também está incluído o debate em curso sobre a reformulação das diretrizes do curso de Pedagogia, que, embora recuado, continua uma preocupação constante do movimento de educadoras/es<sup>3</sup> e associações científicas da área.

O alinhamento e a padronização curricular rompem com a organicidade da formação inicial e continuada; esvaziam a formação universitária por meio da desarticulação do ensino, da pesquisa e da extensão; e negam o princípio de gestão democrática instituindo uma concepção de formação docente pautada na lógica das competências de viés pragmático e tecnicista. Além disso, a discussão e o processo de implementação desse conjunto de políticas educacionais desconsideram as lutas e as conquistas do movimento de educadoras/es e pesquisadoras/es em educação em relação a vários aspectos: a formação

---

<sup>1</sup> Universidade Federal de Pelotas – UFPel ( [martanornberg0@gmail.com](mailto:martanornberg0@gmail.com) )

<sup>2</sup> Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG ( [juliodiniz@ufmg.br](mailto:juliodiniz@ufmg.br) )

<sup>3</sup> Conscientes do papel que a língua pode ter na reprodução de discriminações de gênero, adotaremos, ao longo deste texto de Apresentação, um padrão diferente daquele usado na “norma culta” que adota o masculino como regra. Todas às vezes que nos referirmos aos profissionais da Educação Básica, às/aos pesquisadoras/es da área da educação etc. em que as mulheres são nitidamente a maioria, partiremos do feminino e faremos a diferenciação do masculino: professoras/es; pesquisadoras/es; autoras/es.

universitária; a unidade teoria e prática; a garantia de condições de trabalho docente considerando formação, remuneração e progressão na carreira docente; a diversidade étnico-cultural; a defesa da educação pública por meio do planejamento coletivo dos projetos pedagógicos; a educação pública com base nos princípios de participação, justiça social e formação política e científico-cultural.

Este dossiê inclui textos que articulam um conjunto de argumentos sustentados com base em uma diversidade de referências teóricas situadas no campo da teoria crítica. Ele oferece um leque de argumentos para tratar de temáticas substanciais e urgentes que compõem a agenda de discussão e elaboração das políticas docentes na atualidade. Por certo, nem todas as temáticas são contempladas; fez-se, obviamente, uma escolha por aquelas que, segundo nossa perspectiva, podem ser consideradas como basilares em razão de algumas leituras que fazemos do atual cenário brasileiro. São elas:

- a constante deslegitimação do espaço público como lugar do coletivo humano pensar e agir com o contraditório e o antagonico;

- o contínuo projeto de encolhimento do Estado viabilizado por meio da privatização e/ou do estabelecimento de parcerias público-privado, sobretudo no âmbito da Educação Básica;

- a crescente desigualdade social via desregulamentação galopante do trabalho, com implicações diretas na seguridade social;

- o processo de desculturação como projeto de degradação do tecido social realizado por meio da violência e atentado à vida humana e da destruição de territórios étnicos e naturais;

- a intensificação do individualismo, forjado, intencionalmente, para o consumismo e a submissão;

- as insistentes práticas de emparedamento da mulher por meio de enquadramentos típicos e afeitos à lógica patriarcal e patrimonialista.

Com a intenção de ampliar a visão sobre as políticas docentes na atualidade, pesquisadoras/es de várias universidades do Brasil – Universidade Federal do Pará (UFPA), Fundação Carlos Chagas (FCC-São Paulo), Universidade Federal de Goiás (UFG); Universidade Federal de Pelotas

(UFPel), Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), Universidade Estadual do Ceará (UECE), Universidade Federal do ABC (UFABC), Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) – contribuíram com a temática deste dossiê, oferecendo diferentes insumos em termos teóricos, analíticos e discursivos.

Em comum, os textos que compõem o dossiê analisam efeitos do modelo de desenvolvimento econômico hegemônico, o capitalismo, em sua vertente mais agressiva, a do neoliberalismo, que, nas últimas décadas, alia-se a visões neoconservadoras, que fragmentam, exasperam e embrutece as relações sociais e, igualmente, as relações educativas. Para isso, as diferentes contribuições trazem várias informações sobre quem são os sujeitos e quais são os entes institucionais posicionados e envolvidos no processo de estabelecimento e definição das políticas docentes.

As sete contribuições reunidas neste dossiê são, certamente, um pequeno recorte dos diferentes temas e aspectos envolvidos na discussão das políticas docentes. No entanto, em conjunto, além de oferecerem ferramentas teóricas para compreender disputas e interesses envolvidos com a implementação das atuais políticas docentes, em termos de efeitos e transformações da natureza da educação e da própria formação de professores, os artigos sumarizam diversos argumentos em defesa da formação e da docência como práticas culturais de interesse público, o que requer estabelecer políticas de Estado.

Nesse sentido, os quatro primeiros artigos realizam uma leitura macro contextual colocando em evidência as posições de diferentes grupos sociais, políticos e empresariais envolvidos com a formulação e implementação das políticas docentes na atualidade.

Iniciamos com o artigo “A Agenda Global da Educação e a Formação Continuada de Professores”, de autoria das pesquisadoras Olgaíses Cabral Maués e Arlete Maria Monte Camargo. Partindo de uma contextualização histórica bastante situada, o texto oferece elementos para compreender como, desde a década de 1990, os organismos internacionais atuam na condução das políticas para formação de professores via defesa da relação entre educação e desenvolvimento econômico. Para isso, o texto apresenta um conjunto de documentos orientadores dos organismos internacionais para as políticas educacionais na América Latina e Caribe, enfocando e discutindo orientações

concernentes à formação continuada de professores. Com base em resultados obtidos de investigação realizada, são demonstradas as influências sofridas na concepção pedagógica dos programas de formação docente, em especial, nas recentes diretrizes curriculares nacionais para a formação continuada de professores da educação básica (BNC-Formação Continuada). Os Organismos Internacionais citados e os documentos apresentados pelas autoras trazem algumas evidências do papel que a educação e a formação continuada de professores têm para o êxito da implementação da Agenda Global da Educação, que, recentemente, no Brasil e em outros países da América Latina, se traduz por meio da padronização das orientações curriculares da formação docente, por meio de uma aproximação entre os processos de escolarização e o setor produtivo.

Bernardete A. Gatti, autora do segundo artigo, “Políticas Docentes: a história e a efervescência das últimas décadas”, propõe uma retomada histórica de debates, definição e embates em torno da construção de uma política nacional de formação de professores. Nesse resgate, argumenta sobre a articulação entre formação docente e educação básica como modos de educação pública. Ainda mostra que há, no Brasil, um contínuo processo de mudanças, renovações e interrupções que caracterizam a elaboração e a implementação de uma Política Nacional de Formação de Professores, sem que cursos, programas e processos tenham tempo de maturação e sejam adequadamente avaliados. Por meio da revisão histórica do processo de elaboração e definição da política de formação docente, Bernardete afirma que o tema está sempre em debate, em disputa, em mudança, sem, no entanto, alcançar a posição de Política de Estado.

Na sequência, Luiz Fernandes Dourado e Romilson Martins Siqueira, em seu texto, “Diretrizes curriculares nacionais para a formação de professores: retrocessos e resistência propositiva”, fazem um importante apanhado dos marcos legais das políticas educacionais no Brasil mostrando a trajetória normativa estabelecida e como o aparato legal lançado após 2016 implica em retrocesso na qualificação dos processos educacionais. Além disso, o texto coloca em evidência diferentes concepções e posições dos atores sociais e políticos envolvidos, indicando seus interesses, ou com a perpetuação dessas normativas vigentes a partir de 2016, ou com a luta em resistência e defesa do amparo legal que assegura a contínua democratização e qualificação da educação no país. Os autores oferecem várias ferramentas legais e conceituais para compreender o movimento histórico de construção de diretrizes que

atendam aos anseios e necessidades formativas concretas no âmbito da expansão e qualificação da educação no Brasil. Também apresentam os atores que disputam tal campo em prol de interesses externos, de matiz mercantil e privatista, e os sujeitos e movimentos historicamente comprometidos com a pauta da Formação de Professores e da Educação Básica.

No quarto artigo, “Políticas curriculares para a formação docente e a fabricação da docência gerencialista”, Simone Gonçalves da Silva e Álvaro Moreira Hypólito discutem as relações entre a Base Nacional Comum Curricular e as novas Diretrizes para a formação inicial e continuada de professores da Educação Básica (BNC-Formação de Professores) e seus impactos sobre a formação e o trabalho docente. Os autores argumentam que a consolidação dessas políticas de uniformização e padronização curricular disseminam sentidos e significados na constituição dos modos de ser, estar e agir dos docentes para a fabricação de uma determinada docência. Para isso, mostram os efeitos perversos dos organismos multilaterais na educação brasileira, via, por exemplo, a constituição e dominância de empresários da educação no Brasil que, por meio de institutos e fundações, se alastram nas instâncias públicas para estabelecer ditames à educação brasileira e acessar grandes somas de “dinheiro público”, interferindo sistematicamente nos rumos das políticas educacionais, alinhando-as aos interesses do mercado financeiro privatista e incidindo na fabricação de uma docência gerencialista, competente, competitiva, eficiente, redentora, flexível, empreendedora e inovadora.

Os três artigos seguintes trazem discussões sobre temáticas concernentes à formação e à docência em razão das exigências e das especificidades decorrentes dos contextos socioculturais, dos domínios profissionais relativos à docência e da condição de gênero.

Andréia Nunes Militão, autora do artigo “Formação Intercultural de qualidade sociocultural para os professores indígenas: o que está consignado na legislação educacional brasileira?”, realiza uma análise das normativas legais em vigência, apontando que o desfinanciamento da educação, provocado pela Emenda Constitucional n. 95/2016, somado à tendência de padronização da formação de professores, tornam não materializada a almejada formação intercultural de qualidade sociocultural para os professores indígenas, notadamente no nível superior. O texto afirma o apagamento e a invalidação da formação específica, diferenciada e intercultural consignadas pelo ordenamento jurídico nacional. Conquanto hajam normativos em vigência, a oferta de

licenciaturas interculturais indígenas não tem sido implementada nas Instituições de Ensino Superior, públicas e privadas, levando os povos indígenas, em diversas regiões do país, a ingressarem em cursos de magistério e licenciaturas regulares. A autora defende que a especificidade dos povos indígenas deve ser considerada nos processos de formação de professores com vistas à materialização da Educação Escolar Indígena. Apresenta argumentos descritivos da qualidade sociocultural, o que envolve realizar atividades em espaços e tempos diversificados; observar o calendário sociocultural, econômico e ritual dos povos e comunidades indígenas; garantir, fundamentalmente, a participação dos “sábios”, os “mais velhos”, e das “lideranças políticas” nos processos formativos.

Isabel Maria Sabino de Farias e Sandy Lima Costa, autoras do texto “Teoria e prática no debate sobre formação docente: a aprendizagem da docência no início da carreira em questão”, discutem o dueto teoria e prática no quadro das Diretrizes Curriculares recentes voltadas para a formação de professores, evidenciando o movimento de disputa nele expresso. As autoras reafirmam a atualidade do tema relação teoria e prática na formação docente como importante objeto de estudo no campo da política de formação de professores, uma vez que as demandas contemporâneas despertam a necessidade de um olhar atento ao seu processo formativo, em especial, dos professores iniciantes na profissão. Para isso, problematizam a perspectiva dicotômica de teoria e prática na BNC-Formação de Professores, uma vez que esta sustenta a formação com conteúdos centrados no conhecimento prático, em detrimento do teórico, embasada em uma racionalidade sistêmica referenciada pelo substrato conceitual das competências, colocando as “linguagens digitais” (as tecnologias) como estruturante dos processos de ensino e aprendizagem.

O último texto deste dossiê, escrito em língua inglesa, intitulado “Where are the women in teacher training?: an overview from the Global South” [Onde estão as mulheres na formação docente?: um panorama desde o Sul Global], é de autoria de Cibele Cheron, Cristine Koehler Zanella e Alexandre Anselmo Guilherme. Partindo da pergunta “onde estão as mulheres do Sul Global nos contextos de formação docente?”, apontam ideias para o campo da formação de professores e a discussão das políticas educacionais, desenhando um panorama desde o Sul Global visando, desse modo, questionar o fundamento epistêmico que legitima o poder masculino sobre os espaços públicos e hierarquiza a sociedade sobre a dicotomia sujeito/objeto, personificando o

sujeito no padrão cultural/econômico/político europeu e o objeto no padrão colonizado/aculturado/subalterno. Esboçam, ainda, um panorama das lutas feministas e dos feminismos na América Latina desde a ferramenta epistemológica *world traveling* e sua relação com a técnica de tradução cultural, a fim de sugerir a contribuição feminista latino-americana para a valorização de outras formas de conhecimento e de processos de formação de professores.

A leitura dos textos coloca em evidência a presença de diferentes forças e interesses nem sempre alinhados à defesa da educação pública e, tampouco, ao reconhecimento da formação como direito dos professores. Por isso, entendemos que, no atual contexto, realizar críticas aos processos de discussão das políticas docentes e aos textos produzidos, nominando os entes institucionais e os sujeitos envolvidos, analisando e problematizando as concepções e as formas de sua elaboração e implementação, evidenciando os princípios, as práticas e os valores defendidos, assim como destacando os interesses econômicos subjacentes, é tão importante quanto o engajamento na luta pela formação de professores como bem público e como expressão e garantia do direito constitucional à educação.

Ao finalizar, agradecemos às várias parcerias que contribuíram para a realização deste Dossiê Temático. Somos gratos aos e às pareceristas que aceitaram realizar o trabalho minucioso de análise dos artigos, oferecendo contribuições para qualificar as discussões apresentadas. Também expressamos nossa gratidão aos editores da Revista Textura pela confiança e pela atenção constante ao longo do processo de organização e editoração dos textos. Em especial, nosso muito obrigado pela generosidade das autoras e dos autores por terem acolhido nosso convite de dar visibilidade às diversas questões implicadas e envolvidas nos processos de debate e definição das políticas docentes, oferecendo contribuições aprimoradas, críticas e teoricamente referenciadas. Este dossiê é mais um testemunho do que resulta do trabalho de investigação científica, dos diálogos e das relações acadêmicas estabelecidas entre grupos e pesquisadoras/es da educação brasileira. Boa leitura!